

Portal de Boas Práticas em
Saúde da Mulher, da Criança
e do Adolescente



ATENÇÃO À
CRIANÇA

CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIAS: REFLEXÕES INTERDISCIPLINARES



Deficiência não é igual a diagnóstico, não equivale a doença.

Cuidado é integrar saúde, educação, direitos e participação cívica.

Crianças e adolescentes com deficiência também participam da vida pública.



Objetivos dessa apresentação:

- Discutir o cuidado às crianças e adolescentes com deficiência de forma interdisciplinar;
- O cuidado como categoria analítica não fala somente com a área da saúde, mas com a educação, os direitos sociais e o associativismo em saúde: enfoque transdisciplinar.



Cenário da Deficiência no Brasil

Dados do Censo

Em relação à cor ou raça:

- o maior percentual de pessoas com pelo menos uma das deficiências investigadas se encontrava na população que se declarou **preta** (3 884 965 pessoas) ou **amarela** (569 838 pessoas).



Cenário da Deficiência no Brasil

Dados do Censo

Em relação ao grupo de idade:

- 7,53% tem de 0 a 14 anos

A Pesquisa Nacional de Saúde (PNS, 2013) estimou do total de 200,6 milhões de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes, em 2013:

- 6,2% possuía pelo menos uma das **quatro tipos de deficiências: intelectual, física, auditiva e visual.**





Deficiência:

É uma categoria analítica, e um marcador da diferença, ou seja, é uma **característica que singulariza as pessoas, as situações de vida**, e funciona no diálogo entre a experiência com o próprio corpo e a inserção na sociedade:

Quem sou eu

Onde estou e de
onde sou

Com quem me
relaciono

Quem me
reconhece



Interdisciplinaridade no caminho para transdisciplinaridade:

- inclui o saber comum, dito “leigo”, na abordagem ecossistêmica da realidade.

Interdependência:

- apoios, trocas, comunicação, auto-realização, auto-estima, auto-respeito, autonomia.



Funcionalidade

- Funções dos órgãos e sistemas, estruturas do corpo, as limitações da atividade e restrições de participação social no ambiente em que esses indivíduos vivem;

1. Estruturas e Funções do corpo,
2. Atividades e Participação,
3. Fatores ambientais e
4. Fatores pessoais

Domínios de saúde incluem: ver, ouvir, andar, aprender, lembrar, enquanto exemplos de domínios relacionados à saúde incluem transporte, educação e interações sociais.



Funcionalidade

- Identificar necessidades em conjunto com os desafios funcionais;
- Reconhecer e lutar para derrubar as barreiras ambientais vivenciadas pelas crianças e adolescentes com deficiência;
- Conhecer as necessidades para **planejar COM / JUNTO** os oferecimentos para essa população.

Fatores pessoais:

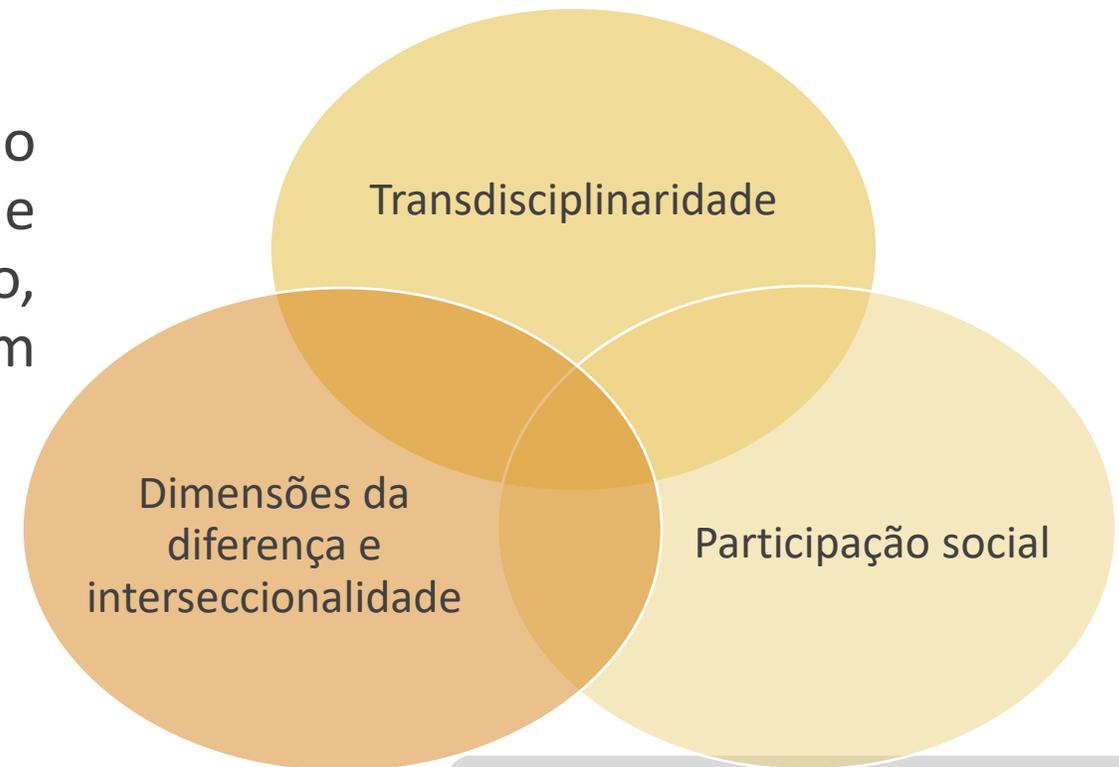
- Raça / Cor
- Idade
- Gênero
- Deficiência



- Relação com o estigma (Erving Goffman): esse como uma marca que singulariza o corpo, discrimina, base para julgamentos, estereótipos sociais.
- Reações às marcas, relacionadas à deficiência:
 - > física
 - > intelectual
 - > auditiva
 - > visual
- Desacreditados e desacreditáveis (Erving Goffman) e os fatores pessoais: a relação com o atributo e não o atributo, a deficiência em relação.



- A deficiência não é uma tragédia pessoal
- Crianças e adolescentes com deficiência são sujeitos de direitos
- O associativismo e a participação social são indicativos de reconhecimento social e devem compor um plano de cuidado, considerando a abordagem ecossistêmica em seus eixos:





Temas Transversais:

Atenção Integral à Saúde da Criança e do Adolescente e Jovem

Funcionalidade, Saúde e Cuidado

Plano do cuidado em uma abordagem ecossistêmica



A deficiência e o cuidado são categorias analíticas que nos levam a questionar e criticar um plano de estereótipos e exclusões sociais que impedem crianças e adolescentes com deficiências de exercer seus direitos humanos mais básicos.



Referências

- Pereira EL, Barbosa L. Índice de Funcionalidade Brasileiro: percepções de profissionais e pessoas com deficiência no contexto da LC 142/2013. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(10):3017-3026, 2016.
- Pesquisa nacional de saúde – 2013: ciclos de vida, Brasil e grandes regiões / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro : IBGE, 2015. 92 p.
- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Características gerais dos domicílios e dos moradores 2019. ISBN 978-85-240-4530-1. IBGE, 2020. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707_informativo.pdf
- Departamento Científico de Adolescência - Sociedade Brasileira de Pediatria. Atualização sobre Inclusão de Crianças e Adolescentes com Deficiência. https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/2017/05/Atualizacao-sobre-Incluso-de-Crianas-e-Adolescentes-com-Deficincia.pdf
- Gómez, Carlos Minayo; Minayo, Maria Cecília de Souza. Enfoque Ecosistêmico de Saúde: Uma Estratégia Transdisciplinar. ©INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente - v.1, n.1, Art 1, ago 2006 <http://www.interfacehs.sp.senac.br/>
- GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4º ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- Guia Prático de Direitos para Profissionais de Saúde e Famílias de Crianças com a Síndrome Congênita do Zika Vírus no Rio de Janeiro. <https://portal.fiocruz.br/noticia/zika-fiocruz-lanca-guia-pratico-para-familiares-e-profissionais-de-saude>
- Martin, Denise, Spink, Mary Jane e Pereira, Pedro Paulo Gomes. Corpos múltiplos, ontologias políticas e a lógica do cuidado: uma entrevista com Annemarie Mol. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação* [online]. 2018, v. 22, n. 64 , pp. 295-305.
- Relatório mundial sobre a deficiência / World Health Organization, The World Bank ; tradução Lexicus Serviços Lingüísticos. - São Paulo : SEDPcD, 2012. 334 p



Plano Legal

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
- Lei nº 8.069/1990: Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)
- Lei nº 7.853/1989: Apoio às Pessoas com Deficiência e sua Integração Social
- Lei Federal nº 8.213/1991: Lei de Cotas
- Lei Federal nº 8.742/1993: Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)
- Lei Federal nº 9.394/1996: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDE)
- Decreto Federal nº 3.298/1999: Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência
- Lei Federal nº 10.048/2000: Prioridade de Atendimento: Acessibilidade das Pessoas com Deficiência ou com Mobilidade Reduzida
- Portaria GM/MS nº 1.060 de 2002: Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência
- Decreto Federal nº 5.296/2004: Regulamenta as Leis nos 10.048/2000 e 10.048/2000
- Brasil. Decreto nº 6949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. *Diário Oficial da União* 2009; 26 ago.
- Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022 do MS (2011)
- Portaria GM/MS nº 199/2014: Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras
- Brasil. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão. *Diário Oficial da União* 2015; 7 jul.
- Portaria GM/MS nº 793 de 24 de abril de 2012, Institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Portal de Boas Práticas em
Saúde da Mulher, da Criança
e do Adolescente



ATENÇÃO À
CRIANÇA

CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIAS: REFLEXÕES INTERDISCIPLINARES

Material de 11 de setembro de 2020

Disponível em: portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br

Eixo: Atenção à Criança

Aprofunde seus conhecimentos acessando artigos disponíveis na biblioteca do Portal.